

---

---

**Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade do Estado do Pará  
Belém-Pará- Brasil**



---

---

Revista Cocar V.13. N. 27. Set./Dez./ 2019 p.451-472 ISSN: 2237-0315

---

---

**Aprendizagem e sala de aula no ensino médio a partir da perspectiva do educando**

*Learning and classroom in middle school from the student perspective*

Cezar Luís Seibt

**Universidade Federal do Pará - UFPA**

Joneilton José Araujo

**Universidade Federal do Pará - UFPA**

Ignácio Lúcio Weschenfelder

**Instituto Superior de Educação Lasalle**

Niterói-RJ e Belém-PA- Brasil

**Resumo**

A escola comumente é organizada segundo demandas do mundo adulto e adota deste os seus objetivos, ocupações e modos de ver o mundo. Raras vezes se considera o ponto de vista do aluno, que representa a finalidade da instituição escolar. O artigo pretende dar voz aos alunos acima de 18 anos de uma escola pública de Taguatinga – DF, no que se refere às suas expectativas e sua avaliação da educação. Apresentamos primeiramente a visão de alguns autores que podem contribuir no diálogo, tais como La Salle, Freire, Morin, Saviani, Freinet e Libâneo. Em seguida, reunimos o discurso dos alunos em categorias para, então, chegarmos a algumas considerações sobre os dois lugares sociais a partir de onde a educação é vista, experimentada e vivida. Constata-se um currículo que não pergunta pela realidade do jovem e que é, muitas vezes, descontextualizado, além da dificuldade de saber se os jovens e os adultos sabem o que realmente querem.

**Palavras-chave:** Aprendizagem; Escola; Perspectiva discente; Ensino Médio.

**Abstract**

The school is usually organized according to the demands of the adult world and adopts its objectives, occupations and ways of seeing the world. The student's point of view, which represents the purpose of the school institution, is rarely considered. The article aims to give voice to students over 18 years of a public school in Taguatinga - DF, regarding their expectations and their evaluation of education. First we present the view of some authors who can contribute to the dialogue, such as La Salle, Freire, Morin, Saviani, Freinet and Libâneo. Next, we bring the students' discourse into categories so that we can come to some considerations about the two social places from which education is viewed, experienced and lived. There is a curriculum that does not ask for the reality of youth and is often decontextualized, and the difficulty of knowing if young people and adults know what they really want.

**Key words:** Learning; School; Student Perspective; Middle school.

## **Introdução**

A tendência geral é que o mundo seja pensado e organizado a partir do modo de ver e ser do adulto. O mesmo se passa com a educação. As finalidades, processos, conteúdos e relações pedagógicas são organizados a partir da perspectiva do adulto normal, bem ajustado ao mundo do seu tempo e lugar. Mas, há também, ao menos desde Rousseau através do seu livro *Emílio ou da Educação* (1762), tentativas de se colocar o próprio educando no centro do processo. João Batista de La Salle (1651 - 1719), por exemplo, incluiu em sua proposta pedagógica um cuidado especial no que se refere ao educando. O pensamento pedagógico de John Dewey (1859-1952), a proposta de uma educação centrada no aluno de Carl Rogers (1902-1987), as experiências de Alexander Neill (1883-1973) em Summerhill na Inglaterra e da Escola da Ponte (fundada em 1976) em Portugal, entre outras, atestam essa preocupação.

O presente texto pretende dar voz àqueles que são a razão de ser da escola: os alunos. No caso, trata-se de um grupo de 11 alunos, maiores de 18 anos, do Ensino Médio de uma escola pública do município de Taguatinga, no Distrito Federal, que responderam a um questionário previamente elaborado. O questionário intentava verificar, principalmente, a percepção dos alunos no que se refere ao ensinar e aprender em sala de aula, sobre os fatores que interferem, facilitam ou dificultam esse processo. O conteúdo das respostas foram agrupado em categorias e discutido com alguns autores conhecidos do campo da educação.

É notável que o número de pesquisas acerca dessa etapa de aprendizagem escolar é limitado quando o assunto versa sobre o que os educandos acreditam ser necessário em sala de aula para que esta seja um lugar ideal e conforme suas expectativas de formação. Percebe-se que, mesmo nas pesquisas em que o foco é o aluno - os maiores interessados nesse processo de aprendizagem -, não é, muitas vezes, permitido que eles expressem a forma como acreditam que devam ser as aulas para que possam aprender melhor, de forma mais significativa. Talvez isso se deva ao fato de, na sociedade, os adolescentes e jovens não serem muitas vezes ouvidos em relação àquilo que lhes diz respeito, ou seja, os adultos decidem por eles.

Ao refletir acerca do Ensino Médio, é interessante lembrar que os jovens que frequentam essa fase da vida escolar têm em mente que estão se preparando para enfrentar os desafios da vida, consolidando valores e atitudes, elaborando projetos, encerrando um ciclo de transformações no qual se preparam para assumir as responsabilidades da vida adulta. Dessa forma, o Ensino Médio - e a Educação de Jovens e Adultos -, pensa-se, deve atender de forma eficaz às diversas necessidades e anseios dos jovens brasileiros.

Assim, esta pesquisa busca analisar a percepção que os alunos têm da sala de aula e suas opiniões sobre como deve ser esse espaço de estudo para que se torne um lugar de aprendizagem, de produção e construção do conhecimento. Nesse viés, intenta-se analisar como a estrutura pedagógica e as relações interpessoais influenciam na aprendizagem desses estudantes, verificando o que auxilia e o que atrapalha o aprendizado em sala de aula, mas também, o que esses discentes consideram importante para um bom processo de aprendizagem e o que desejam do professor e da turma para que a sala de aula seja um lugar de construção e produção do conhecimento. Dessa forma, tornaram-se necessárias as perguntas: como os estudantes veem a sala de aula hoje? Como pensam que a sala de aula deveria ser? O que seria um lugar ideal de aprendizagem, produção e construção do conhecimento? E, por fim, quais os aspectos que os discentes apresentam como favorecedores para o desenvolvimento do desejo de aprender?

### **Educação e aprendizagem**

Ao se refletir sobre a educação e a dinâmica da aprendizagem, que envolve uma complexa rede, incluindo a sociedade, educadores, educando, estrutura física, políticas públicas etc., e olhar um pouco daquilo que a história da humanidade revela, percebe-se que um aspecto importante que as sociedades mais valorizaram e nele mais investiram, foi nas áreas da convivência humana e no respeito à diversidade, uma vez que nenhum país desenvolve-se de fato se não garantir a todos os cidadãos, em todas as etapas de desenvolvimento, as condições para uma vida digna, e o desenvolvimento biopsicossocial de seus membros.

Quando o assunto é desenvolvimento integral, a educação assume papel primordial, no qual a escola e a sala de aula tornam-se o espaço privilegiado para

favorecer a todos os cidadãos o acesso ao conhecimento e ao aprimoramento de suas competências. Em outras palavras, possibilitam ao indivíduo apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e a utilização deste conhecimento a favor da edificação da cidadania. Talvez seja este o grande desafio da escola hoje: fazer do cotidiano escolar um ambiente que favoreça a aprendizagem, que deixe de ser apenas um lugar de consumo de informações ou conhecimentos, e passe a ser o lugar onde as crianças e adolescentes aprendam a ser protagonistas de sua história, atores sociais e autores do conhecimento; um ambiente que permita a curiosidade e a pesquisa, o que pode auxiliar a compreender o mundo no qual vivem. Estes conhecimentos não de estar ligados aos interesses e à vida do educando e organizados de forma a que a aprendizagem seja efetiva e criativa.

Entretanto, para que a escola se torne um lugar de efetiva aprendizagem, Perrenoud (2000) sugere que alguns fatores que dificultam esse processo devem ser superados, tais como: limitação histórica da político-administrativa do profissional da Educação e o individualismo dela derivado; a falta do exercício das competências de comunicação, de negociação, de cooperação, de resolução de conflitos; de planejamento flexível e de integração simbólica; a desconsideração da diversidade das personalidades que constituem o grupo de educadores; a prática autoritária da direção ou coordenação do ensino; acrescenta-se ainda a consideração do aluno com uma “tábua rasa”, desprovido de qualquer conhecimento prévio.

A educação não é imparcial, é fortemente influenciada pelo seu contexto social, cultural, político e econômico; dessa forma pode-se perceber hoje grande influência do sistema capitalista na educação, sendo observado um ensino que valoriza a reprodução em detrimento do pensamento e focado na contribuição para o desenvolvimento econômico. Hoje, nas escolas ainda é muito presente um ensino bancário e apassivador, como apresentado por Paulo Freire (2018), onde o aluno acaba se tornando um recipiente para depósito de conteúdo, a ser reproduzido, e tornando-se, assim, um ser passivo no processo de aprendizagem. Em sala de aula é usada uma mesma metodologia de ensino para todos os alunos, sendo ignorada a diversidade de sujeitos e de formas de aprender presente nesse ambiente.

A escola acaba por apresentar, como única finalidade da escolarização, o estudo metódico dos conteúdos curriculares e a conquista de resultados acadêmicos (Cf. OLIVEIRA, 2008). Principalmente no Ensino Médio, um dos principais objetivos é preparar o jovem para o “vestibular”. Não há a abertura de espaço para uma reflexão crítica sobre aquilo que é ensinado, para que os alunos possam ser ativos no processo de construção de conhecimento.

No sistema escolar predomina uma separação entre bons e maus alunos, tendo como parâmetro, para essa classificação, critérios prévios gerais e universais (mormente baseados na noção de produtividade). Não é o sujeito singular e histórico que está em questão, mas um(a) aluno(a) ideal segundo a lógica do mercado. Em um estudo realizado por Abramovay e Castro (2003) através de grupos focais, foi possível observar qual a representação que os alunos e os professores têm de um bom estudante. Nesse estudo encontram-se expressões como “jovens interessados, dedicados, atentos, educados e bem-comportados”, além de adjetivos como “dinâmicos, independentes, criativos e participativos”.

O ensino é descolado do contexto particular local do jovem; a cultura escolar acaba entrando em confronto com a cultura da juventude contemporânea. Muitas vezes, por isso, o aluno apresenta resistência àquele conhecimento, por não ter significado para ele. Nem todos os alunos que estão no Ensino Médio têm como objetivo a aprovação no vestibular. Algumas vezes, talvez devido à condição socioeconômica, tenham que entrar logo no mercado de trabalho para ajudar a família, por exemplo. A superação dessas dificuldades pressupõe a discussão e elaboração de um projeto político-pedagógico escolar que considere as relações da escola com a comunidade e que atenda às suas necessidades, deixando claro o papel da escola e de suas atividades junto ao grupo atendido (pais, alunos, comunidade do bairro, professores, equipe diretiva, etc.), ou seja, deixando explícito o que, por que, para que, para quem e como se vai fazer.

Assim, ao participar da elaboração democrática do Projeto Político-Pedagógico, a ação de cada ator social que nela se encontra adquire novo significado, pois há um empoderamento por parte destes. Nesta perspectiva, para ajudar-nos na compreensão do que é escola e qual o seu papel na sociedade,

abordaremos cinco educadores que contribuíram com o pensamento pedagógico, sendo eles São João Batista de La Salle, Paulo Freire, Edgar Morin, Dermeval Saviani, Célestin Freinet e José Carlos Libâneo. Esses autores não são necessariamente representantes ou partidários da opção na qual os alunos teriam participação direta nas escolhas e decisões que acontecem na escola e através dela. Importa-nos, neste caso, como eles pensam o ‘dever ser’ da escola, mesmo que seja a partir da perspectiva do adulto. Mais adiante nos ocuparemos com a fala propriamente dos alunos e alunas.

Começamos com João Batista de La Salle. Embora não muito conhecido nos ambientes acadêmicos em geral, influenciou na pedagogia renovadora da modernidade. A filosofia educacional que ele arquitetou, muito diferente das escolas tradicionais, exigia a inclusão de todas as crianças no direito à escola e a uma boa educação. E convinha que ricos e pobres tivessem a mesma escola de qualidade. Por defender essa tese, sofreu diversos processos e perdeu vários, tendo que pagar multas, enquanto várias de suas escolas sofreram arresto de móveis e material didático. Considerava a gratuidade uma exigência da educação, educação esta que deveria promover a cidadania e a autonomia dos alunos. Escreveu ele que: “Quem ao menos sabe ler e escrever é capaz de tudo no futuro” (1720, p. 187).

No *Guia das Escolas Cristãs* (1720), por ele escrito para orientar seus colaboradores, enfatiza a educação integral e salvadora, o uso de métodos participativos que motivem os alunos a agir. Sugere que o professor deva distribuir entre os alunos mais adiantados a tarefa de serem monitores para ajudar os colegas com mais dificuldades. Lembra esse mestre que aquilo que os alunos sabem fazer, o professor não deve fazer. Pretende que o aluno seja também ativo e responsável pela sua educação.

Conforme La Salle, o professor deve ter particular cuidado para não ajudar os alunos muito facilmente a vencer as dificuldades que encontram na solução de um problema. Ao contrário, é preciso estimulá-los a não desanimar e a encontrar o que se sabe que poderão achar por si mesmos. Deve-se persuadi-los de que guardarão melhor os conhecimentos que tiverem adquirido por esforço pessoal e constante. Para conseguir sérios resultados práticos nesse terreno, o mestre não se contentará com dar-lhes o enunciado dos problemas que terão que resolver. Exigirá que inventem outros de acordo com sua capacidade (HENGEMÜLE, 2007, p. 202-203).

Entre outras coisas, insiste La Salle no comprometimento da família na educação e na relação de respeito, de estima e de consideração entre professores e alunos, como condições para que os educandos se afeiçoem à escola e à aprendizagem. Escreve ele que “A quarta razão pela qual os alunos se ausentam da escola é que têm pouca afeição pelo professor que não os engaja, e que não sabe ganhá-los, e porque frequentemente recorre ao rigor e às punições, o que faz que os alunos não queiram mais vir à escola” (LA SALLE, 2012, p. 185).

Para Paulo Freire a escola torna-se um ambiente favorável à aprendizagem significativa quando a relação professor-aluno acontece com diálogo, valorizando o respeito mútuo, ao mesmo tempo em que o espaço escolar esteja constantemente voltado para a curiosidade, a criatividade, o raciocínio lógico e ao estímulo à descoberta. Em *Pedagogia da Autonomia* (2009) o autor postula a educação como um processo humanizante, social, político, ético, histórico, cultural. Nesse processo de humanização, que implica na transformação da sociedade, a educação tem um papel importante. Escreve em *Pedagogia da Indignação*: “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 31).

Para Freire (2009) o docente não deve se limitar ao ensino dos conteúdos, mas, sobretudo, ensinar a pensar, pois é verdadeira aprendizagem aquela que transforma o sujeito; os saberes ensinados são reconstruídos pelos educadores e educandos e, a partir dessa reconstrução, tornam-se autônomos, emancipados, questionadores, conscientes do seu inacabamento. É possível perceber, na visão freiriana, que a construção do conhecimento em sala de aula implica o docente, que há de buscar formas de explicitar o conhecimento proporcionando ao discente a compreensão do que foi exposto, permitindo ao mesmo reelaborar, dar novos sentidos e significados ao que foi aprendido, criar novas possibilidades, abrir oportunidades de indagações e sugestões, de raciocínio, de opiniões diversas etc. Propõe estimular as interações, opiniões, erros/acertos, permitindo que o aluno alcance o conhecimento vivo e continue a buscá-lo incessantemente de forma autônoma e prazerosa.

Assim, Freire (2009) considera que o educador não deve limitar-se ao ensinamento dos conteúdos, mas, sobretudo, ensinar a pensar, pois o pensar permite aos discentes se colocarem como sujeitos históricos, conhecedores de si e do mundo em que se inserem. Desta forma, ensinar é buscar, indagar, constatar, intervir, educar. A base deste conhecimento é a troca de saberes que pressupõem indivíduos que, juntos, partilham experiências e informações, respeitando também os saberes do senso comum e a capacidade criadora de cada um. Pois a verdadeira aprendizagem é aquela que transforma o sujeito. Os saberes aprendidos são reconstruídos pelos educadores e educandos e, a partir dessa reconstrução, tornam-se autônomos, emancipados, questionadores, conscientes do seu inacabamento. Como escreve Freire (2009, p. 26): “Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”.

Outro pensador que também nos ajuda a compreender a escola e seu papel na construção do conhecimento é Edgar Morin, para quem os saberes tradicionais foram submetidos a um processo reducionista que acarretou a perda das noções de multiplicidade e diversidade. Para ele, a escola tem por função promover e incentivar a interação entre as diversas ciências, derrubando as barreiras através da transdisciplinariedade, impulsionando a construção do conhecimento de forma global. Só assim, o ensino e a aprendizagem seriam contextualizados e se apresentariam dentro da concepção da diversidade e complexidade, visando transformar a educação e também a mentalidade no ato de educar. Além disso, transformaria as práticas pedagógicas reprodutoras e despertaria a atenção dos educadores para os novos paradigmas característicos destes novos tempos e a lidar com as incertezas que lhes são apresentadas.

Em seu livro *Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios* (2009), Morin apresenta a necessidade de repensar as práticas pedagógicas contemporâneas de forma a construir um mundo mais compreensivo, responsável e humano. Para isso, ele considera necessário rever as teorias e ideias da educação, religando os saberes. Fala, por isso, de sete saberes necessários para essa nova educação, em conexão com a ideia de complexidade.



O primeiro saber implica em mudar nossa relação com o próprio conhecimento, no reconhecimento de que ele não é somente uma representação da realidade, mas também um filtro para ela. Além do mais, recordar que todo conhecimento carrega pressupostos que não ficam explícitos no próprio conhecimento, mas que o sustentam. Em seguida, apresenta a necessidade de que o conhecimento seja pertinente, seja contextualizado, o que é mais do que a soma das informações. Em terceiro lugar é fundamental colocar a própria condição humana em questão. É perguntar quem somos nós no universo, tanto do ponto de vista das ciências, como das outras experiências de conhecimento, tal como na literatura e nas artes em geral. Considerar, afinal, a complexidade do ser humano no mundo.

Depois disso, propõe a necessidade de que a educação se ocupe da compreensão humana, da compreensão mútua entre os seres humanos. Uma compreensão que inicia com a compreensão de si mesmo e que, por isso, permite a empatia, o reconhecimento do outro como outro. Em quinto lugar, aponta a necessidade de aprender a conviver com a incerteza. Essa atitude libera da inatividade produzida pelas certezas e reativa a aventura humana, a abertura para o desconhecido.

O sexto requisito para que a educação corresponda às necessidades do nosso tempo é que ela permita compreender que vivemos numa grande comunidade sobre a Terra, numa globalização com consequências tanto positivas como negativas e que exigem a capacidade de discernimento e consciência. Por fim, aponta para a necessidade do que ele chama de antropoética, uma ética que permita, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da autonomia pessoal e da individualidade, aliada com as necessidades da sociedade organizada, do coletivo humano.

Por isso, é tarefa da escola e da sociedade orientar os indivíduos para exercerem sua responsabilidade social, desenvolvendo a cidadania e fomentando um trabalho de consciência responsável diante do micro e do macro. Pois, só assim, “ao mesmo tempo, unido e fragmentado, começa a se desenvolver uma ética do

gênero humano para que possamos superar esse estado de caos e iniciar, talvez, a civilizar a terra” (MORIN, 2018, p. 12).

Célestin Freinet (2004) propõe pensar a educação, a modernização e evolução da escola, alicerçado nos valores e no bom senso e defende uma escola do povo, que procure responder aos anseios individuais, sociais, intelectuais, técnicos e morais da vida desse povo, numa sociedade em pleno desenvolvimento tecnológico e científico. Ele mesmo afirma que:

Devemos definir nós, o verdadeiro objetivo educacional: a criança desenvolverá ao máximo sua personalidade no seio de uma comunidade racional a que ela serve e que lhe serve. A criança cumprirá seu destino, elevando-se à dignidade e ao potencial do homem, que se prepara, assim, para trabalhar de maneira eficaz, quando se torna adulto, longe das mentiras interessadas, pela realização de uma sociedade harmoniosa e equilibrada (FREINET, 1996, p. 09).

Freinet (1996) critica o ‘ensino tradicional’ e orienta seu fazer pedagógico em torno da escola-trabalho-sociedade, fundamentando-se na perspectiva da valorização das relações entre a escola e a vida. Entende que a escola deve ter seu olhar voltado e centrado na criança e no adolescente. O papel do professor é o de orientar, mediar e ajudar na construção de sua personalidade, desenvolvendo a aprendizagem através do tateio, pela repetição das experiências bem-sucedidas e o abandono das que não trouxeram bons resultados. Memorização e concentração não são mais vistas como atividades penosas, uma vez que passam a fazer parte do próprio processo de trabalho. Apesar de exigirem determinados sacrifícios, não estão dissociadas da própria vida e, por isso, devem ser encaradas como um dos passos necessários.

A pedagogia de Freinet tem como foco formar um homem mais livre, mais autônomo e mais responsável. Um sujeito que tenha condições de contribuir na transformação real da sociedade. Assim, ele objetiva com sua pedagogia que a educação ajude o indivíduo a conhecer a natureza e permita-lhe desenvolver a consciência do que ele é e do que ele quer, procurando os instrumentos necessários que o auxiliem no desenvolvimento eficiente de suas tarefas sociais. Para que isso ocorra, é preciso conhecer o aluno e o seu meio social, condição sem a qual não se pode desenvolver a ação educativa, muito menos oferecer as orientações

necessárias para que possa superar por si mesmo as dificuldades e resolver os seus problemas.

Outro pensador que ajuda na compreensão do conceito de escola é o pedagogo Dermeval Saviani que compreende a escola como o local que deve servir aos interesses da população, garantindo a todos um ensino de qualidade e saberes básicos que repercutam na vida dos alunos, preparando-os para o exercício da cidadania. Em *Escola e Democracia* (2012) Saviani apresenta as teorias da educação e seus eventuais problemas, deixando claro que a marginalização da criança pela escola se dá quando esta impede que ela tenha acesso à mesma.

Para esse educador a escola deve preparar o indivíduo para viver em sociedade e atuar no exercício de sua cidadania. Além disso, deve lutar contra a seletividade, a discriminação dos alunos. Entretanto, o aluno também deve fazer sua parte, pois se este somente se considerar uma peça sem qualquer importância no sistema, não conseguirá promover a mudança necessária para o bem de toda a sociedade e do próprio sistema.

Saviani postula ainda que o saber educacional tradicional, aquele que envolve a disciplina e o intelecto do aluno, é importante para que ele tenha base em uma sociedade que classifica através das provas, vestibulares ou no alcance de metas em um futuro emprego. É preciso, durante o processo de aprendizagem, preparar esse aluno para saber se posicionar e analisar com profundidade, opinando e julgando o que deve ser trabalhado ainda na escola, preparando de fato, o cidadão para o futuro.

Por fim, outro pensador que nos ajuda a pensar a escola é o filósofo José Carlos Libâneo. Seu livro *Democratização da Escola Pública – A Revisão Crítico-Social dos Conteúdos* (2014) traça um panorama das diversas correntes pedagógicas existentes, caracterizando cada uma das distintas formas de pensar a pedagogia.

Defensor da corrente progressista libertadora, o autor se mostra favorável a um modelo de escola mais voltada para as classes menos privilegiadas, na qual os métodos de ensino sejam elaborados com o objetivo único de acordar a consciência crítica no educando, despertá-lo para a sua condição de oprimido e proporcionar a ele subsídios para que venha a se tornar um agente transformador da sociedade.

Libâneo pensa a educação de forma politicamente engajada, preocupada com os desníveis sociais e comprometida em fazer do ensino um instrumento de luta para mudanças sociais profundas. Para o autor, o papel principal da escola é disponibilizar conteúdos vivos, concretos, permanentemente reavaliados à luz das realidades sociais nas quais vivem os alunos. Nas suas palavras:

A pedagogia Crítico-Social toma o partido dos interesses majoritários da sociedade, atribuindo à instrução e ao ensino o papel de proporcionar aos alunos o domínio dos conteúdos científicos, os métodos de estudo, habilidade e hábitos de raciocínio científico, de modo a irem formando a consciência crítica face às realidades sociais e capacitando-se a assumir no conjunto das lutas sociais a sua condição de agentes ativos de transformação da sociedade e de si próprio (LIBÂNEO, 2013, p. 74).

Temos, nesses diversos pensadores, a ênfase nos desafios que a educação precisa enfrentar caso queira se tornar mais humana, democrática e libertadora. Em alguns de forma mais direta e em outros de forma velada, transparece a necessidade da participação do próprio educando no processo de seu aprendizado e desenvolvimento humano. Vamos tratar então do que nos trouxeram os alunos que se envolveram na pesquisa.

### **A palavra é dos alunos**

Trata-se agora de apresentar o que os alunos apontaram em relação ao processo de ensino e aprendizagem, sobretudo em termos de aspectos que favorecem ou não esse processo. Agrupamos as respostas que surgiram a partir do questionamento dirigido aos educandos em três grupos ou categorias para facilitar sua discussão: aspectos inter e intrapessoais; organização do trabalho pedagógico; como deveria ser o Ensino Médio na visão desses discentes.

A primeira categoria reúne aspectos ligados à interação entre alunos, professores e características próprias dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem. Na construção do pensamento e da linguagem e, na internalização dos conteúdos, de acordo com Vigotsky (1991), é necessário considerar os processos intra e interpessoais. Reconhecendo a importância do desenvolvimento dos processos mentais superiores, entende-se que um processo interpessoal é aquele que aparece no nível social e o intrapessoal é o que foi internalizado pela pessoa.

Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológico), e, depois, no interior da criança (intrapicológico) (VIGOTSKY, 1991, p. 41).

Nos aspectos que dificultam o processo de aprendizagem foram abordadas pelos sujeitos as “conversas paralelas”, “bagunças”, “brincadeiras fora de hora”, “falta de respeito”, “grosseria do professor” e “o professor não ter uma boa relação com os alunos”. Já como aspectos que facilitam o processo surgiram as noções de “compromisso”, “dedicação”, “interação aluno-professor”, “interação entre alunos”, “comunhão e solidariedade”, “comprometimento de ambas as partes como dos professores, coordenadores e diretores”, e “prestar atenção no que o professor explica”.

Ao considerar o papel da escola na sociedade e a importância de um trabalho dialético entre todos os envolvidos, verifica-se que o estudante não é um ser passivo na construção do seu conhecimento, ou seja, os processos inter e intrapessoais dependerão não somente de um transmissor do conhecimento (professor), mas, sim dessa relação dialógica entre aluno e professor. Na visão de Paulo Freire (2009) o estudante é autor do processo de educação junto com o educador. Assim, quando os alunos expressam que é necessária uma interação entre eles mesmos e os professores, conclui-se que é de fundamental importância a construção de uma relação mútua, na qual haja partilha e comunhão dos saberes.

Nessa perspectiva a noção de Zona de Desenvolvimento Proximal de Vigotsky aponta para a importância dessa relação entre aluno e professor, ou seja, no Nível de Desenvolvimento Potencial o estudante aprenderá com a ajuda do professor, e por se tratar de uma relação mútua haverá a troca de saberes. Essa relação indicada pelos sujeitos da pesquisa se faz necessária como um facilitador no processo de aprendizagem.

Quando se observam as respostas colocadas pelos estudantes da pesquisa, nota-se que há uma relação de predominância do educador que tende a limitar o processo de aprendizagem. Tal afirmação pode ser observada nos seguintes fatores pontuados pelos alunos em relação ao que dificulta a aprendizagem: “o professor não ter uma boa relação com os alunos” e também “a grosseria do professor” junto

à “falta de respeito” e o “comprometimento de ambas as partes como dos professores, coordenadores e diretores.” De acordo com Perrenoud (2000) os fatores que dificultam a construção de uma aprendizagem coletiva devem ser superados no contexto educacional. E, uma vez superados, a relação restabelecida, o processo de aprendizagem se fará de forma mais eficaz.

A segunda categoria, referente à organização do trabalho pedagógico, e que inclui metodologias e avaliações, apresenta os fatores apontados pelos alunos que, segundo eles, favorecem a aprendizagem: exercícios, testes, deveres de casa para fixação do conteúdo, explicar melhor e detalhadamente, projetos, professores bons e qualificados, trabalhos, práticas, métodos que motivem o aluno a participar da aula, slides, estudar todos os dias o que foi dito em sala, vídeos, exemplos, trabalhos em grupo (para poder aprender a trabalhar em equipe), o questionamento, atividades dinâmicas e diretas, aprofundamento do conteúdo, explicar bem (se necessário, várias vezes, até o aluno entender), pontos extras, o professor copiar o conteúdo no quadro e resumos.

Como fatores que dificultam a aprendizagem foram pontuados: aulas monótonas, professores que falam rápido, utilização de métodos defasados, resumos e alguns trabalhos que não contribuem para a aprendizagem, uma aula sem recursos, o professor ‘enrolar’ em sala de aula (acabando por não dar o conteúdo), materiais didáticos incompletos, explicar muito e escrever pouco, muita leitura e pouca explicação e, ainda houve um aluno que disse não haver nada que dificulta.

É possível perceber que, quando se trata de metodologias e avaliações que facilitam a aprendizagem, alguns alunos trazem à tona elementos de um ensino tradicional, como testes, exercícios, resumos, pontos extras, copiar do quadro e o professor explicar bem, até o aluno entender. Essas manifestações são congruentes com aquele ensino que tem em vista normalmente a aprendizagem para dar conta da avaliação e do rendimento intelectual, onde o aluno internaliza aquilo que o professor explica, responde aos exercícios, para fixar o conteúdo e então fazer uma boa prova.

Além disso, pode-se observar a valorização de um ensino de troca, quando o aluno traz os pontos extras como facilitadores dessa aprendizagem. Mostra como

o estudo muitas vezes é associado a uma simples atribuição de nota, tornando-se essencial o passar de ano e não o aprender. As respostas dos alunos nos levam a crer que eles mesmos já internalizaram o modo bancário de ensino e aprendizagem e o consideram natural.

É difícil para o aluno, na medida em que seu modo de pensar e entender o mundo, a vida, a existência, tudo já foi modelado desde muito cedo por toda educação informal e formal pela qual já passou. Importa atentar para os limites dessa compreensão e para a superação das expectativas mercadológicas das quais o estudante parece já estar impregnado.

Quando os alunos citam como métodos facilitadores da aprendizagem os projetos, professores bons, estudar todos os dias em casa, atividades dinâmicas e diretas, aprofundamento do conteúdo, podemos também encontrar alguns indícios de outra direção, embora ela não seja muito clara: não querer um simples ensino bancário e apassivador, tão criticado por Paulo Freire (2009), onde o aluno acaba se tornando um recipiente para depósito de conteúdos a serem reproduzidos. Eles demonstram o desejo de serem estimulados e motivados no processo de aprendizagem, mostram que um ensino somente tradicional não é suficiente para aprender.

No momento em que é citada a necessidade de trabalhos em grupo, métodos que motivem o aluno a participar em sala de aula e o questionamento, observa-se que o aluno também quer ser construtor do conhecimento, quer ter um papel nesse processo. E que, dessa forma, não deva apenas internalizar o conhecimento, mas se aproprie dele tornando-se um transformador social.

Os alunos também citam questões voltadas à tecnologia: vídeos e slides como instrumentos que podem facilitar a aprendizagem. Indicam também a valorização da prática em detrimento da teoria. Quando um aluno é questionado sobre quais são os métodos de avaliação que melhoram e auxiliam na sua aprendizagem ele responde: “A prática é melhor do que a teoria na aprendizagem”.

No que se refere às metodologias e avaliações que dificultam a aprendizagem, os alunos citam aulas monótonas, sem recursos e com métodos defasados. Isso mostra o anseio dos alunos em relação a novas metodologias de

ensino. Um aluno citou o fato de o professor explicar muito e escrever pouco, e outro, o fato de ler muito e pouco explicar. Percebem-se, aqui, olhares diversos sobre a questão do explicar, pois um acha que há muita explicação e outro acha que há pouca. Para um seria necessária mais escrita, para o outro, menos leitura. Isso torna visível a diversidade de formas de aprender que convivem dentro da mesma sala de aula.

Quando o aluno fala sobre resumos e trabalhos que não contribuem para a aprendizagem, pode estar falando que da forma como são aplicados, não trazem conhecimento prático ou não motivam os alunos a realizar as atividades. O fato do “professor ‘enrolar’ em sala de aula, acabando por não dar o conteúdo”, o que algumas vezes é o caso, pode revelar a falta de motivação do professor, que por vezes é considerado grande culpado pela situação precária da educação, mas que também é uma das principais vítimas da crise pela qual o nosso sistema de ensino vem passando.

O último conjunto de aspectos apontados enfoca o modo como deveria ser o Ensino Médio a partir da perspectiva vivenciada por esse grupo de alunos. As respostas a essa indagação foram: ajudar para a vida, para a faculdade, concurso e o mercado de trabalho; um ensino mais voltado para a qualificação; matérias específicas da área em que o aluno almeja trabalhar no futuro; uma revisão completa ao final do ano; mais entrosamento entre alunos e professores; autonomia do aluno para montar a própria grade horária; aulas menos monótonas e mais práticas; com mais interação e amizade entre os professores e os alunos; com mais passeios, uma escola ampla, com várias atividades extracurriculares.

Ao se analisarem os dados desta categoria é possível perceber que a visão que os alunos apontam vai aos extremos, desde uma maior preocupação com a qualidade do ensino que cursam, passando por uma ideia sobre o baixo nível de aproveitamento e de desempenho, até uma dissonância ou desesperança de mudança, numa crença de que a forma como o ensino está é a melhor que podemos esperar. E surge talvez um dos grandes desafios que professores e comunidade educativa têm enfrentado ou terão de enfrentar: a dificuldade de envolver os alunos de forma que sejam proativos e corresponsáveis em seu processo educacional.



Uma preocupação muito visível na pesquisa é com a carreira profissional. Quando questionados sobre como deveria ser o Ensino Médio para que houvesse uma maior aprendizagem o aluno responde: “no Ensino Médio eles deveriam nos ajudar para a vida, como na faculdade, concurso e até mesmo no trabalho”.

Nas respostas dos entrevistados fica expresso este desejo de preparação para o futuro, de inserção no mercado de trabalho, o qual se torna cada vez mais competitivo e cruel. Nesta perspectiva, nota-se a expectativa em relação à escola, como formadora e promotora de cidadania e espaço dedicado à formação e preparação dos jovens, de reconhecer a necessidade do trabalho em suas vidas e ajudá-los a compreenderem o funcionamento do ‘mundo do trabalho’ atual, bem como apoiá-los para que tenham mais chances de nele se inserir, permanecer e progredir, alargando seu propósito, visto que parte dos jovens na atualidade não ingressam no Ensino Superior, mas dedicam-se, após o Ensino Médio, a concursos, cursos profissionalizantes, etc. Em resumo, preparar para o mercado de trabalho.

O educando pode também ser sujeito desse processo de reformulação do conhecimento, ao lado do educador já que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2009, p. 22). Ou seja, a construção e transmissão do conhecimento em sala de aula perpassa a atividade docente que tem a tarefa de buscar formas de explicitar o conhecimento, permitindo ao discente a compreensão e reelaboração do que foi exposto e a atribuição de novos sentidos e significados ao que foi transmitido, abrindo oportunidades de indagações e sugestões, de raciocínio e de construção de opiniões diversas.

Um último aspecto a ser analisado surgiu a partir da fala de um aluno que, ao ser questionado sobre como deveria ser o Ensino Médio para que houvesse uma maior aprendizagem, respondeu: “Do jeito que está sendo.” Esta é uma das falas que expressa bem a atitude cultivada em muitos ambientes escolares no Brasil, caracterizada pela tendência a despolitização, desvincular a educação de seu contexto sócio-histórico e, acima de tudo, tornando o aluno passivo e obediente ao sistema, impedindo mudanças e transformações.

### **Considerações finais**

Atualmente o Ensino Médio ganha papel de destaque na vida dos alunos por ser um período carregado de decisões que acompanharão o futuro profissional deles. Nesta etapa da vida escolar se espera que já comecem a se decidir e preparar para os desafios do mundo do trabalho, consolidem valores e atitudes, elaborem projetos de vida, instrumentem-se para assumir as responsabilidades da vida adulta, encerrando um ciclo de transformações e inseguranças. Espera-se também, como mostram os autores consultados, que a escola acompanhe e auxilie no desenvolvimento de uma percepção crítica sobre seu papel perante a sociedade, auxiliando e desafiando para que se tornem cidadãos, protagonistas de sua história pessoal, bem como da história de sua comunidade, sociedade, país.

Escutar e ficar atento às vivências, percepções e necessidades dos próprios estudantes pode ser de grande ajuda para se entender o que se passa na vida pessoal e no contexto social, de forma a poder oferecer alternativas que contemplem demandas não somente de mercado, mas também pessoais e relacionais, o que pode favorecer uma transformação e melhoria do modelo de ensino atual.

O perfil esperado de estudantes de Ensino Médio, principalmente alunos do 3º ano, é de adolescentes e jovens aptos a emitirem opiniões e participar de forma ativa do seu próprio processo de aprendizagem. Através de debates e diálogos, da escuta da palavra desse grupo, é possível construir um ambiente de aprendizagem mais coerente com as situações pessoais e sociais locais, sem negar as exigências mais globais da educação e profissionalização. O diálogo pode favorecer a capacidade de negociação e o desenvolvimento de maior envolvimento pessoal com o processo de aprender.

Com base na coleta de dados pode-se inferir o desejo e disposição de muitos em participar ativamente, melhorar, questionar e opinar sobre o modelo atual de ensino. Com vistas à emancipação do aluno e da aluna, do exercitar-se como sujeito social, o ensino deve passar de apenas uma transferência de saberes para uma participação ativa não somente dos docentes e direção, mas também de todos os estudantes.

Há que também considerar a possibilidade de que alunas e alunos não sejam suficientemente livres e críticos para poderem questionar e fazer escolhas no que

se refere ao que deveria acontecer na escola. Mas isso não é limite somente deles e delas por serem alunos, mas é a condição normal do ser humano. Podemos desconfiar disso pelo fato de adultos e alunos adolescentes ou jovens coincidirem em muitas coisas, atribuindo, de antemão uma finalidade não discutida para a educação. Pode ser que tenhamos internalizado, desde que nascemos e aprendemos a falar, um modo de entender o ser humano e o mundo que se naturalizou, embora permita contradições internas, desde que ele mesmo não seja posto em questão. Tornar-se membro de uma sociedade implica em internalizar e naturalizar as compreensões e expectativas dessa determinada sociedade e, por isso, tender a pensar a partir delas e projetar as expectativas de futuro neste ambiente compartilhado.

Será que os anseios revelados pelos jovens e adolescentes expressam a si mesmos? Ou são os anseios da nossa sociedade que foram internalizados e naturalizados? Os alunos sabem o que querem? Ou querem o que sabem? É possível que queiram aquilo que aprenderam a querer, aquilo que devem ser, aquilo que se espera de todo ser humano neste tempo e lugar, embora com o rótulo de pensamento crítico. Podemos também concluir que não se trata de perguntar, nem para adultos, jovens ou adolescentes, como acham que a educação deve ser, mas desenvolver antes a capacidade de compreender o mundo em que vivemos e reexperimentar o projeto compartilhado no qual vivemos para, a partir daí, reencontrar o ser humano que se projeta a partir de si mesmo, sem negar as conquistas culturais e históricas, mas negociando com elas.

O que podemos perceber, no geral, é que o discurso sobre o que deveria ser a educação, como ela deveria funcionar, que resultados devem apresentar tanto a escola como os educandos, como há de ser o ensino e a aprendizagem, entre outras coisas, é pronunciado por adultos, embora estudiosos ou peritos no assunto. Quando indagamos os alunos e alunas, há muita coincidência quanto à finalidade da educação, embora com formulações e palavras diferentes. Mas é de se pensar se, mesmo com as informações e conhecimentos acumulados nos estudos e formação geral do ser humano, somos ainda capazes de pensar a educação sem introjetar

nesse discurso elementos compartilhados automática e normalmente entre nós, tanto dentro como fora do ambiente pedagógico ou escolar.

Talvez nem se pergunte ou não se considere o que o aluno ou a aluna pensa e espera da educação, porque todo processo de internalização do mundo compartilhado socialmente uniformiza sutilmente as expectativas e demandas sociais. Embora os discentes se manifestem quanto a metodologias, conteúdos, procedimentos pedagógicos, parece estarem concordes em que há uma finalidade prévia da educação, a qual compartilham com os adultos. Suas sugestões se referem muito mais a modos de potencializar a aprendizagem do que em questionar e pensar a educação em si mesma e seus objetivos.

As crianças e os jovens são encaminhados pelos adultos para a vida social tal qual vivida e pensada pelos adultos. Por isso, a voz, o desejo, o sonho, as aptidões ou tendências naturais do neófito acabam sendo corrigidas para se ajustarem às expectativas do mundo adulto, às capacidades produtivas e consumistas que conformam a existência no nosso tempo e lugar. A escola é lugar onde as singularidades não são desenvolvidas sem que o seja a serviço desse ideal coletivo.

É evidente a necessidade de se considerar a vida, o contexto social, econômico, religioso, político do discente na construção do projeto educacional e nas decisões pedagógicas da escola. É através da escuta e da pronúncia da palavra dos todos os envolvidos no processo de formação escolar que se desenvolve a capacidade de participar, de pensar crítica e criativamente, de conquistar a autonomia tão esperada de cada ser humano. No entanto, há que considerar a possibilidade de que normalmente essa capacidade de escuta e fala singular tenha sido sutilmente nivelada e naturalizada segundo modos vigentes de entender a educação. Parece que primeiro é necessário resgatar a capacidade de pensar a educação para além das lógicas da produtividade, do consumo e da competição. Tanto adultos quanto jovens têm necessidade de reaprender a pensar e viver a educação para além dos modelos e moldes consolidados e naturalizados. Reafirmamos a riqueza que pode brotar da consulta do aluno e da aluna quanto às suas expectativas em relação a educação e juntamos a isso a necessidade de ajudar ou permitir que se desenvolva a capacidade de pensar para além do aqui e agora,

das pressões onipresentes do mercado produtor e consumidor de mercadorias e que transforma tudo em mercadoria, inclusive o ser humano e a educação.

### Referências

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia. **Ensino Médio: múltiplas vozes**. Brasília: UNESCO/MEC, 2003.

FREINET, Celestin. **Para uma Escola do Povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FREINET, Celestin. **Pedagogia do Bom Senso**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HENGEMÜLE, Edgar. **Educação Lassaliana: Que Educação?** Canoas, RS: Editora Salles, 2007.

LA SALLE, João Batista de. **Guia das Escolas Cristãs**. Canoas, RS: Editora Unilasalle, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28.ed. São Paulo, Loyola, 2014.

LIBANELO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf>. Acesso em: 8 de jun. 2018.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, A.M. **Jovens e adolescentes no Ensino Médio: sintomas de uma sistemática desvalorização das culturas juvenis**. 2008, 198 p. Dissertação, UFSM.

PERRENOUD, P. **Dez Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 42.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ViGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Sobre os autores

**Cezar Luís Seibt**

Docente da Pós-Graduação em Educação e Cultura (UFPA Cametá) e em Psicologia (UFPA Belém). E-mail: cezluse@yahoo.com.br

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0166-0919>

**Joneilton José Araujo**

Graduado em Psicologia (UFPA), Especialista em Educação, Cidadania e Diversidade (FAEL). E-mail: joneilton@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7243-0016>

**Ignácio Lúcio Weschenfelder**

Graduado em Letras e Mestre em Educação (Universidad del Mar - Chile).

E-mail: ignacio.weschenfelder@lasalle.org.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4954-6189>

Recebido em: 06/02/2019

Aceito para publicação em: 05/03/2019